



**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC
2015-2016-2017**

**CRICIÚMA
2015**

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (48)3431-2500/Fax (48)3431-2750 -CEP 88806-000 Criciúma/SC.(www.unesc.net)



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

Reitor

Prof. Dr. Gildo Volpato

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof^ª. Ma. Maria Aparecida da Silva Melo

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Luciane Bisognin Ceretta

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Kátia Aurora Dalla Líbera Sorato

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO^{1,2,3,4}

- **Representantes Docentes:**
Thiago Francisco(Coordenador)
Luis Afonso dos Santos
Guiomar da Rosa Bortot-
- **Representantes Técnicos Administrativos:**
Anne Marie Scoss
Clarita Maria Torquato
Marlete Borges Cechella
Camila Pacheco Batanolli (Suplente)
- **Representantes Sociedade Civil Organizada:**
Ivana Beatriz dos Santos - Conselho Municipal de Educação
Maria Julita Volpato Gomes – Associação Empresarial de Criciúma-ACIC
Valdecir Mariana – 21ª Gerência de Educação de Criciúma (Suplente)
- **Representantes Discentes:**
Andriw de Souza Loch - Diretório Central dos Estudantes
Franciel Tupan da Rosa– Diretório Central dos Estudantes
Adriano Rocha Colombo - Suplente

¹ Aprova alteração no Regulamento da Comissão Própria de Avaliação da UNESC. Disponível em < <http://goo.gl/HPXZg8> >

² Nomeia Comissão Própria de Avaliação da UNESC. Disponível em <http://goo.gl/oeZqf>

³ Altera composição da Comissão Própria de Avaliação da UNESC. Disponível em <http://goo.gl/GSvt7b>

⁴ Altera composição da Comissão Própria de Avaliação da UNESC. Disponível em <http://goo.gl/VwG1Sj>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DA UNESC	6
3 A CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO DA UNESC	11
4 AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC	16
4.1 Planejamento e Avaliação Institucional:	16
4.2 Desenvolvimento Institucional	17
4.3 Políticas Acadêmicas.....	17
4.4 Políticas de Gestão	18
4.5 Infraestrutura Física.....	19
6 SETOR DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – SEAI	20
7 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTOAVALIAÇÃO -CPA	22
7.1 PERFIL, COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES	22
7.2 DAS REUNIÕES DA CPA.....	24
8 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	30
8.1 OBJETIVOS.....	30
8.1.1 Objetivo Geral:.....	30
8.1.2 Objetivos Específicos:	30
8.2 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
8.2.1 Instrumentos de Avaliação	31
8.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA	32
8.4 A SENSIBILIZAÇÃO.....	33
9 DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	34
9.1 A CARACTERIZAÇÃO DE CADA EIXO E DIMENSÃO.....	34
8.2 A CONSOLIDAÇÃO.....	35
9.3 A ESTRUTURA DO RELATÓRIO	36
9.4 O PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	37
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

ANEXO	41
RELAÇÃO DE AVALIAÇÕES INTERNAS (AUTOAVALIAÇÃO) PROMOVIDAS PELO SEAI	41

1 INTRODUÇÃO

A avaliação é imprescindível para a definição de parâmetros e acompanhamento da qualidade das ações. A avaliação institucional, por sua vez, é a articulação com as práticas desenvolvidas na instituição, servindo de instrumento de gestão, necessária para nortear as ações que devem ser tomadas. Além disso, a avaliação institucional intensifica as relações de compromisso e cooperação entre os diversos segmentos da comunidade acadêmica com a finalidade de promover o desenvolvimento e a consolidação da instituição no cumprimento de sua missão.

Nesta perspectiva é que foi constituída em 2004, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com o intuito de acompanhar o processo de avaliação, promovendo uma permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão universitária e sua finalidade. Conta com a representação e participação efetiva da comunidade universitária, bem como da sociedade civil organizada.

Para melhor conduzir a autoavaliação da UNESC, a CPA elaborou este projeto com o intuito de apresentar as etapas que envolvem o processo de avaliação na UNESC destacando: A trajetória institucional no que se refere a avaliação; A concepção que permeia o processo de autoavaliação na UNESC; As políticas de avaliação; traz um capítulo sobre o papel do Setor de Avaliação Institucional – SEAI, bem como apresentação da CPA, identificando o perfil, composição, funções, funcionamento das reuniões e o processo de avaliação com os objetivos; procedimentos metodológicos; participação da Comunidade no processo e a sensibilização; traz, também, um capítulo específico sobre a elaboração do Relatório enfocando os eixos, a consolidação, estrutura do relatório e o processo de divulgação; Considerações finais e, por fim, as Referências e anexos.

2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DA UNESC

A prática de avaliação institucional da UNESC surgiu no contexto do debate nacional sobre Avaliação Institucional que deu origem ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Neste, defendia-se um processo de avaliação contínua e sistemática que possibilitasse maior visibilidade às condições de ensino e ao mesmo tempo fornecesse elementos para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. O Programa de Avaliação Institucional da UNESC (PAIUNESC) foi elaborado em 1995 pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI) e neste mesmo ano ele foi inscrito no PAIUB. O Programa foi aprovado em 1995, mas até o primeiro semestre de 1997 manteve-se praticamente em fase de sensibilização da comunidade acadêmica, tendo em vista os princípios e objetivos estabelecidos.

Em setembro do ano 2000 houve nova reestruturação da COMAVI, que procurou dar continuidade ao PAIUNESC. Mesmo enfrentando problemas de ordem estrutural, a COMAVI assegurou um processo permanente de avaliação, podendo-se afirmar que as atividades desenvolvidas ao longo de nove anos contribuíram para consolidar uma cultura de avaliação institucional na Universidade. Algumas atividades de avaliação passaram a ser desenvolvidas gradativamente, destaca-se:

- 1995 a 1997 houve a implementação e sensibilização dos acadêmicos, professores e funcionários; realização do 1º Seminário de Avaliação Institucional da UNESC; Avaliação da infraestrutura e estrutura administrativa; apresentação e discussão dos resultados.
- 1998 realizou-se a avaliação do ensino de graduação por acadêmicos e professores; apresentação e discussão dos resultados.
- 1999, foi realizada a avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação do Colégio de Aplicação (hoje Colégio UNESC); organização do IV Encontro Catarinense de Avaliação Institucional; apresentação e discussão dos resultados.

- 2000, retomou-se a avaliação do ensino de graduação por acadêmicos e professores; avaliação do Colégio de Aplicação; debate sobre o Provão; avaliação da disciplina de Atividade Física e Qualidade de Vida; apresentação e discussão dos resultados.
- 2001 foi também avaliada a estrutura administrativa além do ensino de graduação pelos acadêmicos e professores; avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação do Colégio de Aplicação; apresentação e discussão dos resultados; avaliação dos cursos sequenciais; diagnóstico socioeconômico dos acadêmicos da UNESC; Avaliação de projetos específicos da Diretoria de Extensão.
- 2002 foi estruturado o instrumento de avaliação e aplicado ao ensino de graduação para acadêmicos e professores; avaliação dos cursos de graduação pelos formandos; avaliação da Diretoria de Graduação; avaliação do Programa de Humanização; avaliação dos egressos do CAP (Colégio de Aplicação); Avaliação externa - Entidades representativas da região; implementação da Avaliação da Diretoria de Pesquisa; avaliação dos cursos sequenciais; avaliação sobre trancamento de matrícula.
- 2003 a avaliação do ensino de graduação passou a ser informatizada – também foi avaliada as cantinas; avaliação dos formandos da graduação; avaliação dos cursos sequenciais (supermercados); avaliação dos projetos de Pesquisa da Diretoria de Pesquisa - PIC (Programa de Iniciação Científica), PIC 170, GPE (Grupo de Pesquisa Emergente); avaliação sobre trancamento de matrícula; avaliação dos acadêmicos egressos da UNESC; elaboração e edição do primeiro caderno sobre avaliação institucional na UNESC.
- 2004 incluiu-se:
 - A avaliação do programa de visitas orientadas da UNESC;
 - Avaliação Externa (Avaliação do estágio supervisionado das licenciaturas – Escolas parceiras da UNESC).

- Entrega dos relatórios e discussão dos resultados da avaliação do ensino de graduação realizado no ano anterior com coordenadores e assessoria pedagógica da UNESC;
- Elaboração, edição e distribuição do 1º jornal de divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino de Graduação da UNESC;
- Avaliação da infraestrutura (avaliação dos motoristas da UNESC, avaliação dos estacionamentos da UNESC, avaliação dos refeitórios da UNESC);
- Avaliação do ensino de graduação pelos formandos;
- Avaliação da disciplina de Estágio; avaliação da disciplina de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso;
- Avaliação do trancamento de matrícula referente ao 1º e 2º semestre de 2004;
- Pesquisa do perfil sócio-econômico-cultural dos acadêmicos da UNESC;
- Avaliação da Diretoria de Pesquisa (PIC, PIC 170, GPE);
- Discussão de um projeto para acompanhamento dos Egressos da UNESC; discussão do projeto de pesquisa sobre os Indicadores de qualidade da UNESC;
- Socialização sobre o SINAES (Sistema de Avaliação da Educação Superior); constituição da CPA (Comissão Própria de Avaliação);
- Discussão com a comunidade acadêmica sobre a reelaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional da UNESC.

Essa trajetória foi marcada por sucessos e insucessos, inerentes à própria história dos que buscam construir e reconstruir sua identidade e autonomia, visando à melhoria da qualidade do ambiente de vida, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão comunitária e da gestão acadêmica.

Considerando que esse é um processo que necessita de reorganização e ressignificação permanentes, o que justifica, por si só, a realização dos processos de autoavaliação, além de vir ao encontro da exigência legal

Desde meados da década de 90, a Avaliação Institucional da UNESC é uma cultura que vem sendo implementada, tornando-se gradativamente mais consistente e atuante. Assegurou-se por todo esse tempo um processo permanente de autoavaliação, pautada na ética, seriedade e responsabilidades, o que vem contribuindo significativamente como um dos elementos imprescindíveis na consolidação e concretude da missão e finalidades da Instituição.

Com a reforma acadêmico-administrativa ocorrida na UNESC em 2007, a COMAVI deixou de ser uma “Comissão de Avaliação Institucional” e passou a ser um “Setor de Avaliação Institucional” (SEAI), subordinado à Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - CPDI e atuando conjuntamente com a CPA, efetivando-se ações e decisões.

Desse modo, a avaliação no âmbito da UNESC não foi iniciada a partir do SINAES, mas sim, congregou os processos avaliativos já existentes às dimensões que ainda não haviam sido contempladas na sua íntegra.

A cada ano novos indicadores passaram a ser avaliados concretizando assim a avaliação dos eixos e dimensões propostos nos documentos norteadores.

A UNESC, ao longo de sua história, vivenciou momentos de significativos avanços, contribuindo no seu processo de desenvolvimento.

A avaliação é notadamente reconhecida na Instituição como um mecanismo que integra os processos de planejamento e gestão institucional, considerando a CPA dotada de legitimidade para inferir no desenvolvimento da universidade. Tem na avaliação uma ferramenta de gestão cujo processo avaliativo é dinâmico, sustentável e congrega todos os princípios do SINAES de maneira convergente.

No atual ciclo, a autoavaliação na UNESC vem aproveitando as experiências anteriores, construída desde a concepção do processo. Com base no PDI, considerando-o

como referencial norteador, o projeto desenvolvido a partir de 2013 agregou as contribuições de uma nova dinâmica proposta pelos instrumentos de avaliação externa. Dessa forma, o processo se voltou para todas as dimensões com o foco na identificação de questões regulatórias e de avaliação, buscando consolidar uma cultura de avaliação constituída no contexto da universidade.

Com relação ao planejamento da autoavaliação, a CPA observa constantemente as diretrizes dos referenciais básicos e normativos publicados pelos órgãos reguladores da educação superior brasileira.

Com a proposição de um novo instrumento de avaliação institucional, apresentada as instituições no ano de 2014, tornou-se preponderante uma revisão das ações propostas ao projeto de autoavaliação no contexto de todas as instituições de educação superior brasileiras. Em função da adequação das dimensões, organizadas na forma de eixos norteadores, o processo ganha um caráter sistêmico e integrativo, permitindo que a avaliação se torne mais dinâmica e diretamente relacionada com a proposta do planejamento institucional.

A CPA da UNESC, em conjunto com o SEAI, compreendeu essa dinâmica e construiu seu projeto de autoavaliação alinhado as novas diretrizes do PDI da universidade. Ações relacionadas à internacionalização, a mobilidade acadêmica, a inclusão e ao acompanhamento dos egressos passam a compor o grupo de indicadores que serão avaliados.

3 A CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO DA UNESC⁵

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, “fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior” (SINAES, 2009, 102). Explicita-se a ideia de uma autoavaliação com caráter educativo, “devendo ser evitados os rankings e classificações pelas notas, menções e distintos códigos numéricos, alfabéticos e outros.” (SINAES, 2009, 113). Este novo sistema de avaliação sugere a utilização de múltiplos instrumentos aplicados de forma articulada e coerente, e ampla participação de agentes internos e externos no processo avaliativo das IES (SINAES, 2009). Esse sistema integra três modalidades de avaliação: 1) Avaliação da Instituição; 2) Avaliação dos cursos de Graduação; e 3) Avaliação do Desempenho do Estudante (Enade).

Em termos de exigências legais, para fazer parte do sistema de educação superior do país e obter os certificados de autorização de funcionamento, tais como: credenciamento e credenciamento, cada instituição deve obrigatoriamente implementar o seu próprio processo de autoavaliação. A autoavaliação das IES “[...] será o instrumento básico, obrigatório e imprescindível para todos os atos de regulação, cujo exercício é prerrogativa do Estado. Por outro lado, toda regulação se fará de modo articulado à autoavaliação” (SINAES, 2009, p. 106). O SINAES (2004, p. 106) concebe a ideia de uma autoavaliação permanente visando a:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população [...]. Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, devem constituir-se em uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais.

⁵ UNESC. CONSU. Resolução n. 02/2015. Disponível em <http://goo.gl/Ow8waK> Acesso em 11 mar.2016
FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

A UNESCO concebe a Avaliação Institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação para fins de dominação, classificação, punição ou premiação, mas sim de uma avaliação diagnóstica para fins de planejamento, revisão e orientação. Serve, também, para perceber o grau de distanciamento entre os objetivos propostos e a prática estabelecida no cotidiano institucional. Enfim, é um instrumento que a UNESCO utiliza para cumprir efetivamente sua Missão, Visão de Futuro, Princípios e Valores.

Diante disso, é importante ressaltar, também, que a política de avaliação institucional pauta-se nas seguintes diretrizes:

- Consolidação do processo de avaliação pela ética, seriedade e sigilo profissional.
- Socialização de informações precisas, por meio de processos avaliativos e propositivos.
- Melhoria contínua dos instrumentos de avaliação utilizados.
- Comprometimento com os processos de autoavaliação, junto aos diversos serviços prestados pela Instituição.
- Compromisso social com o ensino de qualidade, subsidiando os gestores da Instituição, com os resultados da avaliação para fins de planejamento e tomadas de decisão.

A concepção teórica da Avaliação Institucional demonstra que ela não é um processo puramente burocrático, mas que possui a função de promover uma mudança social no meio em que é desenvolvida. Na Unesc, essa concepção é embasada por autores como: Belloni (2000), Sobrinho (2000), Ristoff(2000) e Trigueiro (2004), por apresentarem uma definição mais condizente com os valores assumidos pela Universidade e, ao mesmo tempo, confirma que a Avaliação Institucional precisa gerar mudança, pois não é um processo neutro, uma vez que ela propicia o autoconhecimento para fins de planejamento.

Sobrinho e Ristoff (2000, p.9.) enfatizam uma concepção de avaliação como “um processo mais ético que técnico”, não visando beneficiar apenas os indivíduos nem os setores implicados, mas uma “prática social de interesse da sociedade em geral”. Ambos criticam a visão liberal difundida por governos e forças econômicas que concebem a avaliação como forma de aprimorar eficiência, produtividade e competitividade. Nesta perspectiva, a avaliação é vista como um instrumento de controle e regulação da qualidade de acordo com as diretrizes do mercado.

Belloni (2000) destaca a ideia de uma concepção de avaliação institucional vinculada ao compromisso social da educação. Em sua perspectiva, avaliação institucional é “um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social”. (BELLONI, 2000, p.41). A autora identificou ainda duas tendências principais de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), implementadas no Brasil a partir da década de 1980: “uma voltada mais para o controle e hierarquização entre instituições; a outra voltada para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à melhoria e mudança em seu funcionamento”. (BELLONI, 2000, p. 41).

Em uma perspectiva mais pragmática, Trigueiro (2004) discute a importância da avaliação institucional e do planejamento estratégico como instrumentos necessários para redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país, sem receio de usar termos conceituais que nas últimas décadas ganharam referência pejorativa. Trigueiro salienta que “a cultura acadêmica, sua tradição, seus valores e sua dinâmica de funcionamento configuram elementos próprios das IES e não se reduzem a outras organizações contemporâneas, a exemplo de empresas privadas e demais instituições do setor público” (TRIGUEIRO, 2004, p. 14). Assim, falar em qualidade e planejamento da gestão em busca de maior eficiência e eficácia das IES não significa se limitar às necessidades imediatas da burocracia, mas sim aperfeiçoar seus processos pedagógicos e administrativos.

Em suas considerações sobre a “problemática do planejamento estratégico”, Trigueiro (2004) salienta que o projeto institucional é uma necessidade “urgente e inadiável”. No âmbito das IES, significa levar em consideração um ambiente externo intensamente competitivo e, no cotidiano institucional, as disputas internas. A avaliação da instituição deve estar articulada com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico (PE) da IES, com a finalidade de fornecer subsídios a esse processo e possibilitando à instituição à tomada de decisão.

Outro problema comum constatado na experiência de autoavaliação das IES do país é o da descontinuidade. Trigueiro (2004) salienta que em várias situações se percebe que os trabalhos da Avaliação Institucional ficam concentrados nas mãos de poucas pessoas responsáveis pela condução desses trabalhos. Isso significa que a Avaliação Institucional ainda “está muito pouco institucionalizada, seja em seus aspectos técnicos e conceituais, seja em suas bases sociais e políticas [...] um setor à margem da hierarquia e da estrutura institucional.” (TRIGUEIRO, 2004, p. 21).

Em consonância com a concepção, a Avaliação Institucional pauta-se, ainda, nos seguintes princípios:

- **Participação** - manter a atual prática de construir coletivamente os instrumentos e formas de avaliação com a comunidade acadêmica;
- **Avaliação global** – todos os sujeitos envolvidos no processo se autoavaliam, avaliam e são avaliados: gestores, docentes, discentes, técnico-administrativos e agentes externos;
- **Legitimidade** - sustentada em uma metodologia participativa capaz de garantir a construção coletiva de indicadores adequados;
- **Identidade institucional** - respeito à história, à cultura construída ao longo de sua existência;
- **Não punição ou premiação** – os resultados da Avaliação Institucional não devem ser usados para fins de classificação, punição ou premiação, caso contrário estaríamos reproduzindo e reforçando a cultura tradicional da avaliação autoritária e excludente;
- **Continuidade** – a avaliação institucional deve ser um processo e permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos;
- **Devolução e socialização dos resultados** – a avaliação institucional tem o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, mantendo a privacidade e sigilo de informações que dizem respeito aos sujeitos envolvidos.

Sem perder de vista a autonomia da universidade e sua cultura institucional, a avaliação tomará como referência as orientações dos órgãos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior. Assim, serão avaliadas as seguintes atividades acadêmicas e de gestão universitária, conforme as dimensões estabelecidas pelo SINAES (BRASIL, 2009):

- 1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2 Política de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e Educação a Distância;
- 3 Responsabilidade Social da Instituição;
- 4 Comunicação com a Sociedade;
- 5 Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo;
- 6 Organização e Gestão da Instituição;
- 7 Infraestrutura para viabilizar o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e Outros Serviços;

- 8 Planejamento e Avaliação Institucional;
- 9 Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos;
- 10 Sustentabilidade Financeira.

4 AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNESC

As Políticas de Avaliação Institucional da UNESC, em consonância com os documentos institucionais e legislação vigente, em especial a Lei 10.861/2004 cuja finalidade é a de melhorar a qualidade da educação superior, a orientação de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, e especialmente, o aprofundamento dos compromissos e da responsabilidade social da instituição, por meio da valorização da sua missão, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, está definida pela Resolução nº 02/2015/CONSU⁶.

As Políticas de Avaliação Institucional são implementadas pela Reitoria, órgão executivo máximo da UNESC, de caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, de supervisão e recursal, acompanhadas pelo SEAI e pela CPA, representando o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e avaliam o processo de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

Nesse contexto as políticas de avaliação ficam assim definidas a partir do instrumento de Avaliação Institucional externa. (BRASIL, 2014).

4.1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

Essa política busca a articulação entre o planejamento e a avaliação institucional, possibilitando uma análise da evolução do desenvolvimento institucional, uma vez que esses dois elementos caminham paralelamente, tendo em vista que a avaliação deve subsidiar o planejamento.

Os indicadores para essa política são:

- Análise de cenários;
- Resultados do Índice Geral de Cursos - IGC;

⁶ UNESC. CONSU. Resolução n. 02/2015. Disponível em <http://goo.gl/0w8waK> Acesso em 11 mar.2016.

- Autoavaliação institucional;
- Meta-avaliação;
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

4.2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Essa política contempla a Missão e PDI, bem como a Responsabilidade Social. Sua intenção é analisar a coerência entre a missão e o PDI, assim como a articulação entre este e as ações institucionais que promovam a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e patrimônio cultural, a inclusão social, as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e a igualdade étnico racial.

Os indicadores para essa política são:

- Educação e Gestão Ambiental
- Meio Ambiente e Valores Humanos
- Mobilidade Acadêmica;
- Economia Solidária;
- Educação Inclusiva;
- Atividades Culturais;
- Casas da Cidadania;
- Clínicas Integradas de Saúde;
- Projetos de Extensão.

4.3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

Essa política contempla o ensino, a pesquisa, a extensão, buscando aprimorar cada vez mais a indissociabilidade desta tríade, bem como a efetiva comunicação tanto interna quanto externa e o atendimento aos estudantes.

Os indicadores para essa política são:

- Desempenho Docente de Graduação (Avaliação sob a ótica de estudantes e dos Coordenadores de curso);
- Desempenho Docente dos Programas de Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*);
- Políticas de Pesquisa;
- Políticas de Extensão;
- Educação a Distância;
- Egressos;
- Perfil do Ingressante;
- Comunicação e Imagem Institucional;
- Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE;
- Ouvidoria;
- Resultados do Enade, CPC e CAPES;
- Resultados Visita *In Loco*.

4. 4 POLÍTICAS DE GESTÃO

Contempla as políticas de pessoal, organização e gestão, bem como a sustentabilidade financeira da instituição. Considerando a importância e reflexo que esta política possui na vida acadêmica, pretende-se acompanhar os indicadores de avaliação com a finalidade de identificar o nível de satisfação dos colaboradores, a transparência da gestão e a sustentabilidade financeira da universidade.

Os indicadores para essa política são:

- Clima Organizacional;
- Formação Continuada Docente;
- Capacitação dos Técnico-Administrativos;
- Plano de Carreira dos Colaboradores;
- Sistema de Registro Acadêmico (organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos);

- Ações desenvolvidas pela IES;
- Orçamento Institucional;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

4.5 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Essa política contempla a infraestrutura existente na Universidade para dar apoio ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Pretende-se acompanhar a qualidade das instalações físicas para atender às necessidades acadêmico-administrativas.

O indicador para essa política é:

- Infraestrutura e serviços: Biblioteca, salas de aula, laboratórios, cantinas, auditórios, serviço de reprografia.

6 SETOR DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – SEAI

O Setor de Avaliação Institucional (SEAI) é o responsável por organizar todos os procedimentos de coleta de dados que subsidiam o processo de avaliação institucional, desde a discussão dos indicadores, formatação dos instrumentos, coleta de dados, bem como a elaboração de relatórios que são enviados as instâncias acadêmicas, para servir de subsídios aos relatórios parciais de autoavaliação. Além disso, coordena os processos de avaliação externa (Enade, Credenciamento e Recredenciamento da UNESCO e Autorização, Reconhecimento e Renovação de reconhecimento dos cursos de graduação), em parceria com a CPA. Tem como Missão: Promover e realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas na Universidade, efetuando diagnóstico propositivo e socializando os resultados a fim de subsidiar o planejamento e a tomada de decisão para a melhoria da qualidade Institucional.

As atribuições do setor estão pautadas nos seguintes propósitos:

- Encaminhar PPCs e relatórios, bem como acompanhar a tramitação do processo de criação, reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações por meio do e-MEC, conforme legislação federal;
- Cadastrar e acompanhar as informações referentes ao Censo da Educação Superior;
- Interlocução entre o MEC e a IES relacionados aos cursos de graduação;
- Acompanhar o cadastro da Educação Superior dos cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato Sensu* (Cadastro e-MEC);
- Coordenar os processos de avaliação: interna (avaliação das atividades e ações da instituição, avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), avaliação da infraestrutura de apoio ao ensino, dentre outras, conforme o calendário acordado com a CPA); externa (Enade, Credenciamento e Recredenciamento da UNESCO e Autorização,

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Reconhecimento e Renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e superiores de tecnologia);

- Realizar coleta de dados gerando, quanto possível, média de desempenho;
- Elaborar tabulação e análise dos dados emitindo relatórios específicos;
- Participar de comissões e grupos de trabalhos determinados pela Reitoria e Pró-reitorias;
- Emitir pareceres de matérias de sua competência quando solicitado pelos setores da Instituição;
- Acompanhar e orientar aos cursos sobre o ENADE;
- Participar das definições relacionadas ao procedimento de acompanhamento dos estudantes em situação irregular no ENADE;
- Participar de reuniões: NEP; Reunião de Gestores; CPA; Visitas in loco, GT de Estudos do SEAI, dentre outros;
- Criar do plano de amostragem para as avaliações institucionais;
- Analisar a confiabilidade dos questionários.
- Estudar proposta para adequação da escala do relatório da avaliação sobre as atividades e ações desenvolvidas pela UNESC (2015) ao instrumento de avaliação institucional externa (MEC);
- Calcular o tamanho mínimo de uma amostra para as pesquisas realizadas pelo setor
- Estudar permanentemente a estatística pertinente aos indicadores de qualidade da Educação Superior (ENADE, CPC e IGC);
- Apoio estatístico na discussão de pesquisas realizadas pelo setor e revisão crítica dos relatórios expedidos pelo setor;
- Cálculo do intervalo de confiança para os resultados médios obtidos na pesquisa de avaliação sobre as atividades e ações desenvolvidas pela UNESC (2015);

7 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTOAVALIAÇÃO -CPA

7.1 PERFIL, COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UNESC composta em conformidade com o artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004,(BRASIL, 2004) e regulamentada pela Resolução 12/2012/CONSU (UNESC, 2012)⁷, é um órgão com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da Instituição.

A CPA, constituída por ato da Reitoria, assegura a participação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem privilégio, para a maioria absoluta, de um dos segmentos.

A CPA será integrada por:

- I. 03 (três) docentes titulares sendo: um representante da graduação, um da pós-graduação, um representante indicado pela Reitoria e um docente suplente
- II. 03 (três) técnicos administrativos titulares e 01 (um) técnico administrativo suplente.
- III. 02 (dois) discentes titulares e 01 (um) discente suplente.
- IV. 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) suplente, representantes de instituições dos segmentos da Sociedade Civil Organizada.

Os membros serão preferencialmente indicados por consulta dos respectivos segmentos e oficializados por Portaria do Reitor.

Segundo o regulamento interno, os membros da CPA terão mandato de 03 (três) anos, exceto os discentes que terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos. Já os discentes das 03 (três) últimas fases do curso não poderão fazer parte da CPA.

Em relação a presença, o comparecimento dos membros às reuniões da Comissão é obrigatório, salvo motivo justificado e aceito pela Coordenação.

O membro da Comissão que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões alternadas, será substituída, revogando-se sua designação, por ato da Reitoria.

⁷ UNESC. CONSU. Resolução 12/2012. Disponível em < <http://goo.gl/YFGtgy> > Acesso em 18 abr.2016
FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Também, está previsto que o membro da Comissão poderá solicitar dispensa, por motivo de ordem pessoal ou ser substituído por questões ético-profissionais, e o suplente assumirá a vaga, quando houver desistência ou perda de mandato de algum titular, cumprindo o mandato restante.

A CPA tem as seguintes funções:

- I. Avaliar os processos e resultados da Avaliação Institucional que compõem o relatório da autoavaliação institucional.
- II. Analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes.
- III. Elaborar relatório de autoavaliação institucional.
- IV. Formular propostas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades institucionais, com relação ao ensino, pesquisa e extensão.
- V. Sistematizar e prestar informações a serem remetidas aos órgãos competentes.
- VI. Realizar reuniões ordinárias e, quando necessário, extraordinárias.

A CPA tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Instituição, de acordo com o artigo 11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14/04/2004. (BRASIL, 2004)

Para o planejamento e sistematização de suas atividades, a CPA atenderá às recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, nos termos de cooperação assinado com a CONAES.

Compete ao Coordenador da CPA:

- Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, mediante o encaminhamento da pauta aos seus integrantes.
- Presidir as reuniões da Comissão, delegar atividades aos integrantes da CPA e baixar ato das decisões aprovadas.

- Encaminhar aos órgãos da administração superior da Universidade e da Mantenedora, as decisões da Comissão, os relatórios de avaliações aprovados e outras informações solicitadas relativas ao processo e aos trabalhos desenvolvidos.
- Encaminhar aos órgãos vinculados ao Ministério da Educação e/ou Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e à UNESCO as informações solicitadas relativas ou resultantes dos procedimentos de autoavaliação institucional.
- Atender e assessorar as comissões externas de avaliação, conforme os procedimentos e os resultados da autoavaliação institucional.
- Representar a Comissão junto à comunidade interna e externa.
- Propor à Comissão a constituição de subcomissões de avaliação.
- Publicizar as etapas do processo avaliativo.

Compete aos integrantes da Comissão:

- Comparecer às reuniões convocadas pelo coordenador.
- Analisar relatórios e elaborar pareceres para o encaminhamento às instâncias competentes.
- Elaborar relatórios finais de autoavaliação.
- Executar atividades delegadas pelo coordenador.
- Formular propostas de desenvolvimento institucional, resultantes das análises decorrentes do processo interno de avaliação.
- Autorizar a divulgação dos resultados do relatório da autoavaliação institucional, no que for de interesse para a comunidade interna e externa.

7.2 DAS REUNIÕES DA CPA

As reuniões, convocadas pelo Coordenador, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, terão pauta previamente definida, podendo ser acrescentados

outros itens, considerados relevantes, no decorrer do expediente e da ordem do dia. Deverão ser realizadas, em caráter ordinário, no mínimo 02 (duas) reuniões por semestre, para discussão de matérias específicas e relevantes. Em caráter extraordinário, as que se fizerem necessárias para tratar de assuntos urgentes convocadas pelo coordenador ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Das reuniões poderão participar, além dos seus integrantes, o Reitor, Pró-Reitores, dirigentes da Mantenedora, do SEAI, assessores e especialistas, na condição de convidados, conforme a relevância das matérias em pauta.

As análises, discussões e decisões das matérias constantes da pauta serão registradas em ata correspondente, lavrada por um dos integrantes da Comissão ou por funcionário administrativo colocado à disposição para redigi-la. A ata deverá ser aprovada e assinada pelo Coordenador, integrantes da comissão e demais participantes, se considerados indispensáveis para o encaminhamento das matérias. As atas, após aprovadas, estarão disponíveis aos interessados a qualquer tempo. As decisões da Comissão terão como critério de aprovação a maioria simples dos membros presentes.

A seguir será apresentado o quadro 1, indicando a periodicidade do processo avaliativo referente ao período de 2015-2017.

Quadro 1. Periodicidade do Processo Avaliativo: 2015-2017

Ano	Eixo	Dimensão
2015	1 – Planejamento e avaliação institucional	8. Planejamento e avaliação e Relato Institucional
	2 – Desenvolvimento institucional	1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional 3. Responsabilidade Social
2016	3 – Políticas acadêmicas	2. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão 4. Comunicação com a Sociedade 9. Políticas de Atendimento aos Discentes
2017	4 – Políticas de gestão	5. Políticas de Pessoal 6. Organização e Gestão da Instituição 10. Sustentabilidade Financeira
	5 – Infraestrutura física	7. Infraestrutura Física

A seguir apresentamos o cronograma das ações a serem desenvolvidas pelo SEAI e pela CPA.

Quadro 2. Cronograma de atividades para Coletas de Dados pelo SEAI - Anual

AÇÕES	Fev	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Planejamento do processo avaliativo: SEAI/CPA	x					x					
Avaliação dos Instrumentos de Avaliação		x					x				
Aplicação dos Instrumentos de Avaliação			x					x			
Tabulação, Análise e Elaboração dos Relatórios				x	x				x	x	
Encaminhamentos dos resultados para: Reitoria/Pro-Reitorias/ UNAS Cursos/Setores						x					x

Quadro 3. Cronograma para Elaboração do Relatório da CPA – Anual

AÇÕES	Fev	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Elaboração da Apresentação do relatório da CPA ano de Referência ano anterior	x										
Postagem no e-MEC		x									
Apresentação para a Reitoria/Pro-Reitorias e UNAS do Relatório		x									
Seminário de Avaliação Institucional para apresentação do Relatório da CPA			x								
Disponibilizar os resultados ao setor de Planejamento para subsidiar o planejamento			x								
Elaboração dos Roteiros para elaboração dos Relatórios Parciais para a CPA				x							
Reunião de apresentação dos roteiros e definição de prazos para a entrega dos relatórios Parciais					x						
Elaboração dos relatórios parciais, pelos setores, com base nos					x	x	x				

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

dados do relatório de autoavaliação anterior e dados atuais											
Encaminhamento dos relatórios parciais/setores à CPA							X				
Sistematização dos dados para a elaboração do relatório de autoavaliação da CPA								X	X		
Elaboração do Relatório da CPA										X	X

8 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A UNESC, em conformidade com o SINAES, integra a avaliação interna e externa, aplicada em diferentes momentos, nos quais a CPA, em parceria com o SEAI, tem atribuição fundamental no que se refere à coordenação e articulação de todo o processo avaliativo da instituição e disponibilizando informações as instâncias competentes.

A avaliação interna é um processo contínuo que se constitui na autoavaliação institucional por meio da participação de todos os segmentos da UNESC a partir dos indicadores de avaliações do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, bem como análise documental e de dados secundários provenientes de bases de dados institucional.

A avaliação externa integra a avaliação in loco, por comissões designadas pelo INEP, a fim de reconhecer ou renovar o reconhecimento dos cursos de graduação ou recredenciar a IES, bem como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

8.1 OBJETIVOS

8.1.1 Objetivo Geral:

Promover a reflexão-ação-reflexão com base nos subsídios fornecidos pela autoavaliação, para contribuir com o aperfeiçoamento dos processos avaliativos institucionais e tomada de decisões, visando à consolidação da missão da UNESC.

8.1.2 Objetivos Específicos:

- Conceber a avaliação Institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.
- Sensibilizar a comunidade acadêmica em relação à importância do processo avaliativo por meio de reuniões, palestras, seminários, entre outros;

- Fortalecer a participação da comunidade interna e externa nos processos avaliativos
- Consolidar a cultura de avaliação institucional como princípio para o planejamento e gestão institucional.
- Acompanhar o processo de avaliação institucional da IES.
- Organizar o Relatório de Autoavaliação Institucional e encaminhar ao e-MEC
- Socializar a comunidade acadêmica os resultados da autoavaliação.

8.2 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A avaliação na UNESC está pautada nas abordagens Qualitativa e Quantitativa:

- Abordagens qualitativas: o pesquisador busca levantar o significado das informações dos participantes da pesquisa, interagindo com as pessoas, porém mantendo a neutralidade. Nesse sentido a pesquisa qualitativa servirá para buscar informações sobre uma questão em que as informações existentes não são suficientes para os resultados esperados (VIEIRA, 2009).
- Abordagens quantitativas: o pesquisador busca por meio de números e/ou percentuais classificar ou medir, podendo generalizar considerando a margem de erro prevista estatisticamente (VIEIRA, 2009).

8.2.1 Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos de avaliação, utilizados para a coleta de dados e informações são:

- **Análise documental** – forma de avaliação que tem por objetivo identificar e analisar os principais documentos, ou informações Institucionais sistematizadas, que explicitem a missão e os objetivos da Instituição e de seus setores: projeto

pedagógico institucional, projeto pedagógico dos cursos, estatuto e regimento, planos de ensino, entre outros;

- **Questionários** – instrumento para identificar e avaliar o nível de percepção de qualidade sobre atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e serviços desenvolvidos pela Instituição.
- **Fóruns temáticos de avaliação/discussão ou grupos focais** – forma de avaliação realizada nos fóruns, colegiados institucionais ou junto a um grupo de participantes selecionados, visando debater e a aprofundar temática previamente definida e agendada.
- **Entrevistas:** buscam revelar opiniões, atitudes ou ideias que, com outro instrumento de pesquisa, não são suficientes.

Considerando os objetivos propostos, poderão ser desenvolvidos múltiplos instrumentos e formas de avaliação mediante participação de gestores, discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e representantes da comunidade externa. Todo instrumento e forma de avaliação serão elaborados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos nacional e institucionalmente.

8.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Na UNESC a autoavaliação é baseada em um projeto desenvolvido pela CPA/SEAI e amparada pelos objetivos apresentados no PDI, os quais se destacam as atividades da instituição na busca constante por uma gestão compartilhada. Dessa forma, esse aspecto faz com que a avaliação institucional possa ser reconhecida como um movimento participativo e que conta, invariavelmente, com representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Por meio dos princípios propostos para o processo de autoavaliação, a CPA da UNESC e todos os envolvidos com a avaliação institucional, entendem que a participação é

um dos itens que colabora com o desenvolvimento de uma cultura de avaliação. Ao analisar o SINAES, especialmente como mecanismo que alterou substancialmente o segmento da educação superior brasileira, é possível perceber que a educação superior busca se constituir de maneira abrangente, considerando a participação da comunidade acadêmica em todos os seus processos.

Entendendo a avaliação institucional como um processo permanente e de autoconhecimento, é possível identificar que a avaliação é um mecanismo que gera reflexão sobre diversas estruturas institucionais, sempre pautada nas 10 dimensões apresentadas pelo SINAES. Por meio das metodologias escolhidas e apresentadas nesse projeto, é possível identificar o caráter participativo do processo, agregando todos os componentes da comunidade acadêmica na discussão sobre o desenvolvimento da avaliação.

Esse esforço também ajuda a consolidar um dos aspectos de destaque do PDI, já que o documento aponta para a construção de uma “Gestão compartilhada, participativa e descentralizada”, no momento em que permite que a comunidade acadêmica participe do processo de tomada de decisão e se envolva nas instâncias executivas da universidade com autonomia. Além disso, o princípio da participação também está fundamentado no marco filosófico da instituição, entendendo que o contexto da universidade deve ser centrado no desenvolvimento humano, social e na justiça, evitando a sobreposição de interesses e sempre pautando suas decisões na ética e na transparência.

8.4 A SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização para a participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação interna ocorre por meio de divulgação, via e-mail para os Setores/Unidades Acadêmicas (UNAs), Coordenadores de Curso de Graduação e Pós-graduação, Professores, Técnico-Administrativos, Acadêmicos e Egressos, além da divulgação de cartazes motivacionais para a participação.

Em relação à avaliação externa, a sensibilização é desenvolvida por meio de reuniões com os segmentos envolvidos e, também, por meio de informes, cartazes e outros.

9 DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

De acordo com o instrumento de avaliação institucional externa (BRASIL, 2014) que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, os relatórios devem ser elaborados a partir dos seguintes Eixos: 1 – Planejamento e Avaliação Institucional; 2 – Desenvolvimento Institucional; 3 – Políticas Acadêmicas; 4 – Políticas de Gestão e 5 – Infraestrutura.

9.1 A CARACTERIZAÇÃO DE CADA EIXO E DIMENSÃO

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. Inclui também um Relato Institucional

Descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela CPA do período que constituiu o objeto de avaliação. O foco desse Eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação. O Relato Institucional deve ter como foco a evolução acadêmica da IES.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

O Eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

8.2 A CONSOLIDAÇÃO

O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Os relatórios podem ser construídos de forma: parcial e integral

O relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados. A versão integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

Para fins operacionais, poderão ser criadas subcomissões conforme as necessidades e características da Universidade, para auxiliar na organização dos relatórios parciais, que comporão o relatório de autoavaliação da UNESC. A CPA, de posse dos relatórios parciais, sistematiza e organiza o Relatório de Autoavaliação Institucional para ser postado no sistema e-MEC a cada ano.

9.3 A ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório de autoavaliação institucional, segundo a Nota Técnica nº 065/2014/INEP/DAES/CONAES, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.

Introdução: Apresentar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia: Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento: Devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição. Deverá ser organizada em cinco eixos que contemplam as dez dimensões instituídas pelo SINAES.

Análise dos dados e das informações: Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, considerando o perfil e a identidade da IES.

Ações com base na análise: As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

Considerações Finais: É parte final que se constitui de uma síntese interpretativa do trabalho desenvolvido, retomando-se as ideias mestras contidas no mesmo. Podem-se acrescentar recomendações, que são declarações concisas de ações julgadas necessárias, a partir das conclusões obtidas.

9.4 O PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Com relação a divulgação e a análise dos resultados do processo de autoavaliação e avaliações externas na UNESC, pode-se dizer, em função dos compromissos assumidos pela CPA de promover a melhoria continua dos processos avaliativos, que essas experiências têm proporcionado uma visão ampla de toda a comunidade acadêmica, permitindo que novos desafios possam ser explorados no contexto das análises e das divulgações.

Em geral, o projeto de autoavaliação da UNESC, considerando as dinâmicas de avaliação institucional que são desenvolvidas pela universidade, apresentam todos os direcionamentos relacionados com o processo de construção, desenvolvimento e divulgação

dos resultados, tendo nas metodologias escolhidas o suporte necessário para a orientação de cada uma das etapas. Isso acontece por meio de eventos, sendo que o principal é o Seminário de Avaliação Institucional, realizado com comunidade acadêmica anualmente, para a apresentação dos resultados dos relatórios, promovido pela CPA após a divulgação junto à gestão superior.

Nas análises e as divulgações devem considerar, além da estrutura metodológica utilizada e prevista no presente projeto, também, o resultado do estudo dos documentos que compõe o corpo da pesquisa, tendo o PDI como o referencial básico. Já os métodos quantitativos aplicados geram uma série de figuras e séries históricas que são materializadas em gráficos comparativos e que permitem uma leitura sistemática de todo o processo, fornecendo subsídios para os diversos fóruns temáticos criados e que são devidamente registrados no contexto da instituição.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade de uma Instituição de Ensino Superior com uma gestão efetiva, leva a um compromisso com um processo de consciência de que o autoconhecimento contribuirá para aperfeiçoar a qualidade das atividades e ações desenvolvidas pelos sujeitos. Este autoconhecimento se traduz numa sistemática de avaliação contínua.

Portanto, a avaliação deve constituir-se de num momento crítico e reflexivo envolvendo os segmentos da Instituição de forma interativa e participativa. Para isso, a cultura da avaliação deve fazer parte de todos os contextos da instituição para que ela seja vista não como um fragmento de análise parcial e pontual, mas como um processo dinâmico, importante e imprescindível e transparente em todos os processos decisórios da IES.

Assim, a avaliação vem contribuir para a melhoria da qualidade educativa, possibilitando projetar o futuro, tendo como parâmetros de referencial, os caminhos trilhados afim de superar os percalços, estabelecendo os desafios e redirecionando para um novo olhar, prospectivo de modo que consolide cada vez mais sua missão.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) **Universidade desconstruída: Avaliação Institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências**. Publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2004. Disponível em < <http://goo.gl/DSs1P0>> Acesso em 18 abr.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**: Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial) Brasília: MEC, 2014. Disponível em < <http://goo.gl/GExcu4>> Acesso em abr.2016.

SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 5. ed., revisada e ampliada, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo. Introdução. In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo. (Org.) **Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos das instituições de ensino superior do país. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação da Educação Superior**. Campinas-SP: RAIES, v. 9, n. 3, set./2004. Disponível em <<http://goo.gl/HBKIFI>> Acesso em 18 abr.2016

UNESC. CONSU. Resolução 12/2012. Disponível em < <http://goo.gl/YFGtgy>> Acesso em 18 abr.2016

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO

RELAÇÃO DE AVALIAÇÕES INTERNAS (AUTOAVALIAÇÃO) PROMOVIDAS PELO SEAI⁸

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade
1. Avaliação da Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante (CPAE) (AI.1)	Identificar o conhecimento dos estudantes acerca da CPAE, bem como dos serviços e programas coordenados por ela e diagnosticar a satisfação do estudante em relação ao atendimento realizado pela CPAE.	Discentes	Prevista trienal
2. Avaliação da Formação Continuada Docente da UNESC (AI.2)	Avaliar o grau de satisfação do professor com relação à Formação Continuada, possibilitando, assim, adequações e melhorias para futuras edições.	Docentes	Semestral
3. Pesquisa para o Programa de Formação Continuada de Docentes (AI.2.1)	Levantar as necessidades de formação na percepção dos(as) docentes para implementação no Programa de Formação Continuada, edição 2016/1.	Docentes	Realizada em 2015/2
4. Avaliação da Imagem Institucional da UNESC pela Sociedade Civil Organizada (AI.3)	Avaliar a imagem da Unesc e seus resultados, a missão institucional, a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade.	18 instituições (públicas, privadas e Ongs da Amrec e Amesc).	Bienal com apoio do IPESE
5. Avaliação da Infraestrutura oferecida pela UNESC (AI.4)	Conhecer o grau de satisfação dos alunos sobre a infraestrutura oferecida pela UNESC.	Discentes	Trienal
6. Avaliação das Clínicas Integradas de Saúde (AI.5)	Conhecer o grau de satisfação dos usuários com relação ao serviço prestado.	Usuários atendidos pelos serviços de Enfermagem, Nutrição, Medicina, Odontologia, Psicologia, Farmácia Escola e Solidária, Fisioterapia e SOS	Bienal
7. Avaliação das Unidades Acadêmicas – UNAs (AI.6)	Avaliar o desempenho e estrutura organizacional das UNAs, visando à melhoria da qualidade Institucional.	Coordenadores de Cursos	Trienal
8. Avaliação do Clima Organizacional (AI.7)	Avaliar o grau de satisfação dos docentes e técnico-administrativos com a Instituição e o seu processo de gestão.	Técnico-Administrativos e Docentes	Bienal
9. Avaliação do Docente pelo Coordenador de Curso da Graduação (AI.8)	Realizar a avaliação em conjunto com o professor, visando a melhoria dos processos pedagógico e administrativo.	Coordenadores de Curso	Semestral
10. Avaliação do Egresso da Graduação (AI.9)	Conhecer a opinião dos egressos da graduação da UNESC acerca da formação recebida; Identificar a situação profissional atual dos egressos; e Identificar sua opinião em relação à imagem da Universidade.	Egressos da Graduação	Trienal
11. Avaliação do Egresso sob a Ótica do Empregador (AI.10)	Conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da UNESC	Empresas e escolas da região	Realizada em 2015
12. Avaliação de Desempenho Docente e de Turma (AI.11)	Avaliar os cursos, considerando a autoavaliação e desempenho docente e da turma, visando à melhoria da qualidade de ensino.	Discentes e Docente	Semestral
13. Avaliação de Desempenho Docente – Cursos EaD (AI.11.1)	Avaliar o desempenho docente no desenvolvimento de suas atividades no curso de graduação na modalidade a Distância, nos aspectos didático/metodológicos/conteúdo, bem como a infraestrutura de apoio ao ensino.	Discentes	Semestral
14. Avaliação da	Avaliar o curso, considerando a autoavaliação e	Discentes	Modular

⁸ Atualizado em 25.11/2015

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade
Medicina (AI.11.2)	desempenho docente, preceptor, tutor e coordenador de módulo, visando à melhoria da qualidade de ensino.		
15. Avaliação da Feira das Profissões (AI.12)	Avaliar o grau de satisfação do visitante com relação ao evento, analisando-o de forma integrada, possibilitando adequações e melhorias para futuros projetos.	Participantes	Anual
16. Avaliação do Festival Unesc em Dança (AI.13)	Avaliar o grau de satisfação com relação ao festival, possibilitando adequações e melhorias para futuros projetos.	Participantes e público em geral	Anual
17. Avaliação do Seminário de Avaliação Institucional (AI.14)	Avaliar o grau de satisfação do público com relação ao seminário, analisando o evento de forma integrada, possibilitando, assim, adequações para futuras edições.	Docentes, Técnico-Administrativos e Discentes	Anual
18. Avaliação do Setor de Avaliação Institucional (AI.15)	Buscar elementos para averiguar em que medida o Setor de Avaliação Institucional pode contribuir para o fortalecimento das ações e/ou planejamento e gestores desta Universidade.	Gestores	Trienal
19. Avaliação dos Cursos de Extensão de Pequena e Média Duração (AI.16)	Verificar a satisfação do extensionista com relação ao curso oferecido.	Extensionistas	Ao final de cada evento
20. Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação – modalidade <i>lato sensu</i> (IA.17)	Avaliar o desempenho do professor em relação à disciplina ministrada no curso e avaliar o grau de satisfação do aluno quanto ao curso de especialização que concluiu.	Discentes	Ao final de cada disciplina
21. Avaliação dos Estágios Obrigatório – Escolas (AI.18)	Analisar o grau de satisfação das escolas de ensino fundamental e médio que fazem parceria com a UNESC no estágio dos cursos de licenciatura.	Diretores, Orientadores, Supervisores e/ou professores responsáveis pelo estágio supervisionado na escola	Bienal
22. Avaliação dos Programas de Pós-Graduação – modalidade <i>stricto sensu</i> (AI.19)	Avaliar o desempenho do professor em relação à disciplina ministrada, buscando a melhoria da qualidade de ensino.	Discentes	Ao final de cada disciplina
23. Avaliação dos Egressos dos Programas de Pós-Graduação – modalidade <i>stricto sensu</i> - PPGCS (AI.19.1)	Conhecer a opinião do egresso do mestrado e/ou doutorado sobre o PPGCS, visando à melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência da capacitação na sua atuação profissional	Egressos do Mestrado e Doutorado do PPG	Realizado em 2015
24. Avaliação dos Projetos de Extensão (AI.20)	Verificar o grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados pelos projetos de extensão e filantropia.	População beneficiada pelo projeto	Ao final de cada evento
25. Avaliação da Política para a Pesquisa (IA.21)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos em atividades de pesquisa sobre as Políticas de Pesquisa da UNESC	Alunos (GP), Professores (GP e Stricto Sensu) e Gestores	Bienal
26. Avaliação da Política para a Pesquisa, pelo Professor na Docência (Não pesquisador). (IA.21.1)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos na docência sobre as Políticas de Pesquisa da UNESC	Professores que ministram aula, mas não estão envolvidos com grupos de pesquisa ou programas de pós-graduação	Bienal
27. Avaliação de Satisfação sobre o Atendimento da Ouvidoria (IA.22)	Conhecer o grau de satisfação em relação ao atendimento prestado pela Ouvidoria da Unesc.	Manifestantes	Semestral
28. Avaliação sobre as Aulas Experimentais (AI.23)	Verificar o grau de satisfação dos visitantes que participam da aula experimental na Graduação.	Estudantes do ensino médio	Ao final de cada evento
29. Avaliação sobre as	Verificar o grau de satisfação das atividades	Visitantes	Ao final de

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Avaliação	Objetivo	Segmento Pesquisado	Periodicidade
Visitas Orientadas (AI.24)	desenvolvidas dentro do programa junto aos visitantes, bem como sua receptividade.		cada evento
30. Avaliação sobre os serviços e ações desenvolvidas pela UNESC (AI.25)	Avaliar as ações desenvolvidas pela UNESC e atender aos propósitos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) relacionados ao Ensino/Pesquisa e Extensão, Planejamento e Avaliação, Missão e PDI, Responsabilidade Social, Comunicação com a Sociedade, Organização e Gestão, Sustentabilidade Financeira, e Infraestrutura.	Professores e Técnico-administrativos	Bienal
31. Avaliação das Políticas para a Extensão (AI.26)	Avaliar o conhecimento dos envolvidos em atividades de extensão sobre as Políticas de Extensão da UNESC.	Gestores, professores e acadêmicos envolvidos em atividades de extensão	Realizada Bienal
32. Perfil do Acadêmico Ingressante da Graduação (AI.27)	Conhecer o perfil sócio-econômico-cultural do acadêmico ingressante.	Discentes ingressantes	A cada 1 1/5 ano
33. Avaliação dos Cursos de Capacitação Gratuitos Semipresenciais (AI.28)	Avaliar o curso de nivelamento oferecido, visando a melhoria das próximas edições.	Discentes	Realizada em 2015
34. Avaliação para a Pós-Graduação – Concluintes da Graduação (AI.29)	Identificar interesse na Pós-graduação e Extensão junto aos dos Concluintes da Graduação da UNESC, visando obter dados que possam nortear ações estratégicas do setor.	Discentes formandos da graduação	Em estudo
35. Pesquisa sobre demanda de cursos técnicos profissionalizantes e extensão junto a gestores de organizações - 2015 (AI.30)	Avaliar demanda para cursos profissionalizantes e pós-médio e cursos de extensão junto a empresas da região	Empresas (Acic), Hospitais Prefeituras, Construção Civil, Sindicatos da AMESC e AMREC	Realizada em 2015

Fonte: SEAI